

## INTERDEPENDÊNCIAS E CIVILIZAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19<sup>1</sup>

A covid-19 (doença causada pelo vírus SARS-Cov-2) foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, China. Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (WHO) decretou estado de pandemia em função da contaminação generalizada, atingindo já então todos os continentes. Isso exigiu importantes medidas médicas e sanitárias, bem como posicionamentos e ações políticas com consequências agudas. O distanciamento físico foi adotado de forma parcial ou total (*lockdown*) pela maioria dos países mundo afora, reconfigurando a rotina diária de grande parte da população. Fechamento do comércio, restrição a atividades culturais (*shows*, cinemas, teatros etc.) e esportivas (de campeonatos a atividades físicas em academias) trouxeram mudanças drásticas à economia. Passados nove meses, a situação ainda não foi controlada e, apesar das boas perspectivas, não há ainda vacina ou remédio aprovados pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Em outubro de 2020, o Brasil atingiu a cifra de mais de cinco milhões de pessoas contaminadas ao longo desses meses, com mais de 160 mil mortes.

Em *Public health and the civilizing process*, Goudsblom (2003: 154) aborda as epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera a partir da sociologia figuracional e processual de Norbert Elias. Aproveitarei o ensejo para algumas palavras sobre o momento atual. Antes de entrar nas discussões de Goudsblom, retomo rapidamente Elias (2000) e *O processo civilizador*. Dessa obra, são geralmente lembrados os exemplos retirados de livros de boas maneiras no que tange a

comportamentos à mesa e no quarto, referentes às funções corporais etc. Costumes como pegar a comida com as mãos, escarrar no chão, dormir com desconhecidos na mesma cama etc. com o tempo deixaram de ser entendidos como aceitáveis. Ao traçar as mudanças nos comportamentos desde a Idade Média até o século XX, Elias busca compreender como se deram, em que consistem e quais suas forças motrizes. Ao fazê-lo, discute a relação da dinâmica psicológica envolvida – no caso, o sentimento de vergonha e repugnância – e da dinâmica social, explicitada nas noções de refinamento e civilização.

Analisar mudanças nos comportamentos significa, na terminologia eliasiana, fazer uma sociologia que dê conta de processos de mudança, compreendendo sua dinâmica e seus direcionamentos – processos da civilização ou processos de desenvolvimento social, como veio a se referir já mais ao final de sua vida. Processo é, portanto, uma das noções de base da sociologia eliasiana. Mas o que está em processo? Há o processo individual de desenvolvimento, e há o nível social, as próprias figurações estão em processo.

A figuração – outra noção de base da sociologia eliasiana – expressa a imagem do ser humano como personalidade aberta, aquele que possui algum grau de autonomia, mas que, na realidade, é fundamentalmente orientado e dependente dos outros. O que qualifica a relação é justamente a interdependência. Não apenas de pessoas interdependentes é formada a figuração, mas também de grupos interdependentes – grupos de amigos, grupos de interesse, grupos políticos, classes sociais, grupos identitários, países.

As transformações civilizatórias de que fala Elias não são superficiais e fugazes, mas consistem em transformações na própria estrutura da personalidade. A dinâmica é a da passagem de comportamentos adotados em função de coações exteriores para comportamentos regulados pela autocoação, ou seja, há a interiorização individual das proibições. O Estado, em Elias, é definido como aquele que possui o monopólio da violência legítima e da arrecadação dos impostos: em uma sociedade com o poder central fraco, não havia nada que forçasse as pessoas a se conter; com a formação e o fortalecimento do Estado, as pessoas foram forçadas a viver em paz umas com as outras, transformando também paulatinamente a economia dos afetos. Essa questão é desenvolvida não apenas em *O processo civilizador* Elias (2000) mas também em *A sociedade de corte*, livro em que Elias (2001) analisa a ascensão e queda da corte absolutista, assim como a dinâmica das relações internas à figuração de corte, as lutas pelo poder, o manejo das posições sociais a partir de estratégias de prestígio, o desenvolvimento de uma nova estrutura da personalidade.

Ao analisar as mudanças relativas ao comportamento em *O processo civilizador*, Elias (2000) contrapõe-se a explicações talvez mais “racionalis”, como a de que a supressão de comportamentos como o de escarrar no chão e pegar a comida com a mão teria sido motivada por razões médicas, argumentando que essas mudanças se deram a partir da relação e dinâmica entre as

classes sociais. Esse ponto é importante para tratarmos de questões relacionadas à saúde e à doença.

Partindo desse quadro traçado por Elias, Goudsblom (2003) faz algumas considerações a respeito das epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera, das quais retenho algumas observações a respeito da peste.

A peste chegou à Europa em 1347, pelo mar Negro, seguindo outras ondas epidêmicas que se repetiram em intervalos irregulares até o início do século XVIII. Doença altamente contagiosa, era desconhecida sua forma precisa de transmissão. O pânico e o terror tomaram conta, e comportamentos como fugir, evitar o outro e até agredir grupos que se acreditava mais perigosos para o contágio foram registrados, a despeito da tendência já em curso de mais refinamento das maneiras e do desenvolvimento de autocontrole mais amplo.

Respostas mais racionais, contudo, também surgiram, donde se identificarem agrupamentos precursores dos Conselhos de Saúde; tornados instituições regulares nas principais cidades do norte da Itália desde o final do século XV, o modelo espalhou-se pela Europa. Esse é um dos exemplos de reações organizadas no sentido de não apenas banir os doentes, mas, de fato, combater a doença.

Como esperado, as medidas propostas pelos Conselhos de Saúde não eram muito populares, e enfrentaram grande evasão e obstrução. Como Carlo Cipolla [...] chama a atenção, 'além de travar uma luta impossível contra um inimigo invisível, os conselhos de saúde também tiveram que lutar contra o egoísmo, o descuido, a ignorância e a estupidez – o que não era menos formidável do que o micróbio' (Goudsblom, 2003: 147).

Não obstante os desafios, esses Conselhos passaram a ocupar espaço cada vez mais importante nos governos europeus. Nos séculos XVI e XVII foi construída uma cadeia de comunicações para que um Conselho ou governo pudesse avisar a outro a respeito da incidência de doenças contagiosas. Reportar uma epidemia no próprio território era algo delicado em função das consequências para o comércio e o emprego.

A tentação e a pressão política por esconder a epidemia de peste no próprio território sempre foram fortes; ainda assim, como Cipolla [...] lembra, esses interesses de curto prazo foram superados pelo interesse dos Conselhos de Saúde na manutenção a longo prazo de uma teia de comunicações fidedigna – um claro exemplo do que Elias chama de 'coação social à autocoação' (Goudsblom, 2003: 148).

Apesar da organização racional dos Conselhos de Saúde, segundo Goudsblom, a população, de forma geral, não foi impulsionada a comportamentos mais "civilizados", nem pelas epidemias de peste, nem pela atuação dos Conselhos de Saúde. Ainda que as regulamentações ali surgidas tenham sido feitas com apoio das forças militares e com auxílio dos impostos arrecadados, enfrentaram muita obstrução. Se Elias identifica no *processo civilizador* o monopólio da violência legítima e dos impostos como fatores cruciais para o desenvol-

vimento do autocontrole individual, por que isso não se deu dessa forma? A classe alta sentia-se segura em relação à peste, era possível sempre buscar refúgio em suas grandes propriedades; e os pobres não tinham muito como acatar as regulamentações sanitárias, e não se mostravam dispostos a colaborar com medidas que pouco lhes oferecia além do retiro forçado a uma das casas destinadas aos pestilentos.

O entendimento de Goudsblom a respeito do fato de a população não ter sido impulsionada a comportamentos mais “civilizados” ao longo da epidemia de peste, é o gancho que trago para falar do momento atual.

Naqueles dias iniciais da vigência das medidas de distanciamento físico no Brasil, abundaram textos, mais ou menos elaborados, prevendo grandes mudanças no comportamento individual e na organização social, bem como no alinhamento político-ideológico da população. A solidariedade que se fazia visível nas redes sociais levava muitos ao otimismo. Ofertas de ajuda a vizinhos idosos, para que pudessem evitar a ida ao supermercado; campanhas de doação para moradores de comunidades pobres e periféricas; pagamento das faxineiras que não mais viriam para a limpeza semanal; oferecimento de marmitas aos guardadores de carros que perdiam o sustento. A sociedade, arriscavam alguns, aprenderia muito com o “trauma” vivido, sairia mais forte, melhor, mais propensa a perceber e aceitar a necessidade da diminuição da desigualdade social e a importância do Estado na mitigação de sofrimentos e injustiças.

O alerta a respeito do risco de rápido alastramento da covid-19 nas periferias das grandes metrópoles brasileiras foi dado logo nas primeiras semanas da pandemia, risco atribuído à falta de estrutura e saneamento das comunidades, bem como de sua densidade populacional, além da pobreza rompanete. Iniciativas importantes de auto-organização surgiram nesses espaços: carros de som que passavam nas ruas instruindo a população, aluguel de ambulâncias, contratação temporária de médicos e enfermeiros, organização de coleta de doações e distribuição etc. A entrevista realizada por Menezes e Mano (2020) com Thiago Firmino retrata uma dessas iniciativas de combate à covid-19, na favela Santa Marta, no Rio de Janeiro. Thiago liderou uma ação continuada de sanitização das ruas e becos da favela, contribuindo também com outras ações no morro. Com ele informa na entrevista, “A gente não recebeu nenhuma ajuda do poder público, então resolvemos sanitizar a favela com o objetivo de cuidar dos nossos!” (Menezes & Mano: 03).

O desenrolar do alastramento da pandemia nas periferias das grandes metrópoles se deu, entretanto, também de forma mais inusitada. Bruce, Cavgias e Meloni (2020) estudaram os efeitos da presença do crime organizado e das milícias no número de mortos decorrente da covid-19, no Rio de Janeiro. Nas comunidades controladas pelo crime organizado, o número de mortes aumentou menos do que nas áreas em que não há presença de nenhum tipo de crime organizado. Já nas comunidades controladas pelas milícias, houve um aumen-

to significativo se comparado às áreas em que não há presença do crime organizado. A diferença – maior número de mortes relativo nos espaços dominados pela milícia e menor número nos espaços dominados pelo crime organizado – é atribuída pelos autores às diferenças na forma de impor o controle territorial. Enquanto os grupos criminosos organizados ligados ao tráfico de drogas buscam firmar relações cooperativas com a comunidade local, tendo em vista que seu ganho provém do exterior desses territórios, as milícias extraem seus lucros da extorsão e taxação de serviços públicos e de segurança, portanto o fechamento do comércio local levaria à perda financeira.

Passando para questões mais amplas relacionadas à adesão às políticas direcionadas à contenção da pandemia, Van Bavel et al. (2000) conduziram uma pesquisa coletiva em 67 países, com 46.450 entrevistados. O questionário incluía questões a respeito da adesão ao distanciamento social e ao aprimoramento da higiene pessoal, e do apoio a políticas públicas de saúde direcionadas à pandemia de covid-19. Essas variáveis foram correlacionadas a outras três: identidade nacional, narcisismo nacional e ideologia política. Segundo uma das conclusões retiradas da pesquisa, a identificação com a Nação foi o dado preditor mais confiável para as variáveis de apoio à saúde pública: os indivíduos que assinalaram se identificar mais fortemente com a nação também relataram maior apoio às medidas de distanciamento físico, melhora da higiene física e apoio às políticas públicas de saúde em relação aos indivíduos que se identificaram mais fracamente com a nação.

Renomeando livremente os conceitos para a sociologia eliasiana, a questão que retenho para discussão é a correlação entre identidade-nós e adesão às medidas de prevenção e diminuição do coeficiente de contágio da covid-19. Ainda em abril, no início das medidas de isolamento físico e *lockdown*, Nathalie Heinich (2020) publicou no *Le Monde* algumas linhas bastante otimistas, afirmando que a ampla aceitação do confinamento [na França] revelava o fim da ilusão da onipotência individual e trazia de volta a noção de interesse geral. A necessidade de confinamento, bem como do uso de máscaras faciais não apenas para proteção própria, mas principalmente para proteção do outro, teria fortalecido a percepção da interdependência dos seres humanos, da qual se alimenta “a sociedade dos indivíduos”. Isso significaria, segundo Heinich, o declínio do *homo clausus*, da ilusão espontânea do ser humano encerrado em si mesmo e independente dos demais.

De acordo com Elias, identidade-eu e identidade-nós estão presentes em todos os países, em qualquer momento ou estágio de sua história, mas variando sua intensidade. Nas sociedades mais desenvolvidas, ele afirma, o nível de integração do Estado absorve cada vez mais essa função de refúgio da necessidade extrema. Ao mesmo tempo em que o Estado elimina as diferenças entre as pessoas ao transformá-las em um número, um contribuinte (o que poderíamos entender como massificação), o Estado relaciona-se com as pessoas como

indivíduos, e não como membros de uma família ou de um clã. Os Estados, assim, dão sua contribuição para o avanço da individualização em massa (Elias, 1994: 149).

Já a extensão e o padrão dessa individualização, alerta o autor, diferem amplamente, conforme a estrutura da nação e, em especial, a distribuição de poder entre governo e governados, aparelho de Estado e cidadãos. Apesar desse alerta, Elias não incorpora em sua discussão as ideologias políticas nacionais, se mais liberais ou mais comunitárias, em que predomina o Estado mínimo ou Estado de bem-estar social.

Não há como ignorarmos algumas questões estruturais da sociedade brasileira, como sua enorme desigualdade (regional, econômica, cultural, educacional, social) e a precariedade e má distribuição dos serviços públicos (saúde, saneamento, transporte etc.), acarretando grandes dificuldades em seu acesso por boa parte da população. Da mesma forma, também não há como ignorar a divisão de classes, até em termos geográficos – tendência identificada pelo já clássico *Cidade de muros* (Caldeira, 2000).

Ao discutir o quanto a sociedade não foi impulsionada a comportamentos mais civilizados ao longo da epidemia de peste, Goudsblom identifica que a classe alta poderia sempre buscar refúgio em suas grandes propriedades, e os pobres não tinham muito como acatar as regulamentações sanitárias. Essa resposta poderia ser anacronicamente trazida para nosso Brasil de 2020: a tônica foi o retiro para dentro de suas casas daqueles que possuíam condições para tanto, enquanto uma grande parcela da população continuava enfrentando os transportes coletivos para trabalhar. Além disso, há uma questão mais de base a ser tratada: o individualismo, reforçado pelas ideologias políticas neoliberais e da extrema direita.

À primeira impressão de que todos estariam igualmente sujeitos a contrair a covid-19, a epidemiologia e as ciências médicas chamaram atenção para os grupos de risco e para o desenvolvimento das formas mais graves e até letais das doenças, incluindo aí tanto condições individuais (comorbidades) como vulnerabilidades sociais (dificuldade de acesso a serviços médicos, de saneamento básico etc.). A ação em saúde pública, nos lembra Sérgio Carrara (2020), “não pode prescindir [...] de uma perspectiva abrangente sobre como se desenrolam as interações entre pessoas e grupos humanos, sobre como as sociedades se estruturam e, enfim, sobre como os processos patológicos adquirem diferentes significados em cada uma delas”. Carrara nos lembra ainda questão de suma importância para o desenrolar da pandemia no Brasil e no mundo: a reação de grupos sociais mais ou menos permeáveis ao discurso científico.

Seria absoluta ingenuidade reduzir a questão do distanciamento social, do uso de máscaras e da obrigatoriedade da vacina (caso seja desenvolvida com sucesso e aprovada pelas autoridades de saúde) unicamente à permeabilidade do discurso científico. Esta é, entretanto, uma das formas importantes como a

questão foi apresentada politicamente: imprimindo dúvidas e até a negação das recomendações das organizações médicas e científicas. Ao longo dos meses em que a pandemia vem se alastrando mundo afora, duas atuações políticas sobressaíram não apenas pelo mau gerenciamento da situação, mas principalmente pelas tentativas de apresentar seus posicionamentos políticos a partir da negação de evidências e conhecimentos científicos: as de Donald Trump e Jair Bolsonaro. A defesa da não obrigatoriedade do distanciamento social, do uso de máscaras (e a recusa em fazê-lo) e da não obrigatoriedade da vacinação recaíram na defesa da sobreposição dos direitos individuais aos direitos coletivos.

Em um ensaio escrito ao final de sua vida, intitulado “Mudanças na balança nós-eu”, Elias discorre sobre a sociogênese dos termos indivíduo e sociedade, entendidos ao final do século XX como antitéticos. Ao longo do ensaio, Elias apresenta os conceitos de identidade-eu e identidade-nós, a autopercepção da singularidade e da pertença ao grupo, mostrando o quanto no decorrer dos séculos essa balança tem pendido para o lado do eu. A percepção do eu desprovido de um nós não constitui, no século XX, uma questão isolada e individual, mas um “*habitus*”, um traço básico da estrutura da personalidade social das pessoas da era moderna” (Elias, 1994: 165).

Individualismo como *habitus*. Essa provocante e elucidativa formulação nos indica a radicalidade do conceito eliasiano de figuração, a qual afirma a sociedade como formação de indivíduos interdependentes, *a despeito da percepção individual ou social de uma possível autonomia*. A interdependência está para além do entender-se autônomo, único e livre, para além da identidade-eu dos indivíduos. A interdependência é uma questão empírica, ontológica.

Em texto publicado no mês de agosto, e refletindo a partir do romance *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, Freire (2020: 07) vê a pandemia de covid-19 como um “Ensaio sobre o silêncio”, atestando a imunização diante da dor do outro como sinal distintivo da nossa contemporaneidade. Por um lado, afirma a autora, há a incapacidade de visualizar o desgaste dos laços de solidariedade, o aprofundamento das desigualdades sociais e culturais, os crescentes processos de exclusão e eliminação de setores sociais redundantes e, por outro, a supremacia das trajetórias individuais e seu elogio (Freire, 2020: 09).

O otimismo de Heinich (2020) e a visão desiludida de Freire (2020) acompanham percepções mais gerais a respeito do que se passou ao longo desse intenso ano de 2020. Passados nove meses do momento em que a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em função do alastramento da covid-19, bem como do início das recomendações de medidas de distanciamento social, com mais de cinco milhões de pessoas contaminadas e mais de 160 mil mortos em nosso país, lê-se recorrentemente nas redes sociais que a pandemia teria revelado “o pior do ser humano”, seu lado mais egoísta e mesquinho.

Assim como Goudsblom (2003), não identifico no presente momento qualquer impulso civilizador. Solidariedade e egoísmo indicam dinâmicas sociais opos-

tas, a primeira direcionada ao reconhecimento do outro e de suas necessidades e a segunda direcionada ao indivíduo e ao desprezo pelo outro. Ainda que opostas, ambas me parecem manter uma característica comum: a relação entre indivíduos que se entendem autônomos, que ajudam pontualmente ou ignoram o outro, mas que ainda assim se entendem completos, independentes. A interdependência, característica essencial das figurações – e, portanto, dos agrupamentos humanos e da sociedade de forma geral –, implica a compreensão do indivíduo como intrinsecamente relacionado e dependente dos outros. O que falta ao momento presente é justamente a noção de interesse geral, de se entender pertencente e responsável pelo grupo. Era esse o avanço civilizatório que Heinrich vislumbrava. Não é o que vemos, certamente não no Brasil.

Recebido em 05/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

**Tatiana Savoia Landini** é formada em ciências sociais pela USP, onde completou mestrado e doutorado em sociologia. Professora-associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da EFLCH-Unifesp e editora da coleção Palgrave Studies on Norbert Elias (Palgrave-Macmillan), publicou, com François Depelteau, *Norbert Elias and social theory*, *Norbert Elias and empirical research* e *Norbert Elias and violence*. Trabalha também com o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

## NOTA

- I O presente ensaio é um desenvolvimento de “Interdependência em tempos de Covid-19: reflexões nos primeiros dias de distanciamento social”, publicado em abril de 2020 na sessão Pandemia, Cultura e Sociedade do Blog Virtual do Pensamento Social e em seguida traduzido para o inglês e disponibilizado na sessão Open Lab on Covid-19 da *Cambio*, Rivista sulle trasformazioni sociali. Agradeço a sugestão de André Botelho para publicação do texto no BVPS e aos editores pela acolhida.

## REFERÊNCIAS

Bruce, Raphael; Cavgias, Alexsandro & Meloni, Luis. (2020). Filling the void? Organized crime and covid-19 in Rio de Janeiro. Preprint. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3678840>. Acesso em 28 out. 2020.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.

Carrara, Sérgio. (2020). As ciências sociais e a saúde coletiva frente a atual epidemia de ignorância, irresponsabilidade e má-fé. *Boletim Cientistas Sociais*, 3 Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2309-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe>. Acesso em 16 maio 2020.

Elias, Norbert. (2001). *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Elias, Norbert. (2000). *The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations*. Boston: Blackwell.

Elias, Norbert. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Freire, Christiane Russomano. (2020). Ensaio sobre a cegueira como romance de advertência: uma trágica antecipação do ‘pandemônio’ que vivenciamos hoje. *Dilemas*, seção excepcional *Reflexões na Pandemia*. Disponível em <https://www.reflexpandemia.org/texto-56>. Acesso em out. 2020.

Goudsblom, Johan. (2003) [1986]. Public health and the civilizing process. In: Dunning, Eric & Mennell, Stephen (orgs). *Norbert Elias*, v. 3. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, p. 141-161.

Heinich, Nathalie. (2020). Il y a ce à quoi nous sommes reliés, nous tous, confinés mais interdépendants, responsables, solidaires et fiers de l'être. *Le Monde*. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/04/il-y-a-ce-a-quoi-nous-sommes-relies-nous-tous-confines-mais-interdependants-responsables-solidaires-et-fiers-de-l-etre\\_6035532\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/04/il-y-a-ce-a-quoi-nous-sommes-relies-nous-tous-confines-mais-interdependants-responsables-solidaires-et-fiers-de-l-etre_6035532_3232.html). Acesso em 28 out. 2020.

Menezes, Palloma Valle & Mano, Apoena Dias. (2020). Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para 'cuidar dos nossos': entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. *Dilemas*, seção excepcional *Reflexões na Pandemia*. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-85>. Acesso em nov. 2020.

Van Bavel, Jay J. et al. (2020). National identity predicts public health support during a global pandemic. *PsyArXiv*. Disponível em <https://psyarxiv.com/ydt95/>. Acesso em 04 nov. 2020.

### **INTERDEPENDÊNCIAS E CIVILIZAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19**

#### **Palavras-chave**

Covid-19;  
Norbert Elias;  
figuração;  
interdependência;  
processo civilizador.

#### **Resumo**

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia por SARS-Cov-2, o que exigiu importantes medidas médicas e sanitárias, bem como posicionamentos e ações políticas com consequências agudas por parte de todos os países atingidos. Johan Goudsblom aborda as epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera, discutindo possíveis transformações civilizatórias. Seguindo na mesma linha do autor e adicionando discussões centradas nos conceitos eliasianos de figuração, interdependência, identidade-eu e identidade-nós, esse ensaio traz algumas reflexões, elaboradas ainda no calor dos acontecimentos, a respeito da sociedade brasileira.

### **INTERDEPENDENCIES AND CIVILIZATION IN TIMES OF COVID-19**

#### **Keywords**

Covid-19;  
Norbert Elias;  
figuration;  
interdependency;  
civilizing process.

#### **Abstract**

In March 2020 the World Health Organization declared a state of pandemic by SARS-Cov-2, which required important medical and health measures as well as political stances and actions with acute consequences on the part of all affected countries. Johan Goudsblom addresses the epidemics of leprosy, plague, syphilis, and cholera, discussing possible civilizational changes. Following the same line and adding discussions centered on the Eliasian concepts of figuration, interdependence, I-identity and We-identity, this essay brings some reflections, still elaborated in the heat of the events, concerning Brazilian society.